



SIMULADO ESPECIAL

TJ CE

Pós-Edital

Analista Judiciário - Área Judiciária

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ-CE, cargo de **Analista Judiciário - Área Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1JxxyRjZbzszyXP3g8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4nZLQ1r>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

O problema da PL 2386/2023

A primeira coisa que precisa ser dita sobre o PL 2386/2023 é simples: o problema não está em discutir critérios para a boa prática da psicoterapêutica.

Isso é necessário.

O sofrimento humano coloca pessoas vulneráveis diante de profissionais, métodos, promessas e discursos de autoridade. É razoável que exista preocupação pública com charlatanismo, abuso, negligência, imperícia e falsas promessas de cura.

Mas uma coisa é criar critérios sérios para proteger pessoas em sofrimento, e outra, completamente diferente, é produzir uma lei ampla, imprecisa e mal delimitada, capaz de transformar qualquer relação de cuidado, orientação, escuta ou reorganização emocional em matéria reservada ao Estado e a dois grupos profissionais específicos.

Esse é o ponto central, que eu quero comentar. A própria redação do PL é perigosa.

O texto original já partia de uma formulação excessivamente ampla: determinava que os “cuidados com a saúde mental” só poderiam ser exercidos por profissionais com curso superior em psicologia e psiquiatria. A própria tramitação reconheceu que essa expressão poderia gerar insegurança jurídica e judicialização desnecessária.

O substitutivo tenta corrigir esse problema trocando “cuidados com saúde mental” por “psicoterapia”. Mas a correção é apenas aparente.

O novo texto define psicoterapia como “a condução de uma relação terapêutica, realizada em sessões individuais, de casal ou em grupo, com a finalidade de atenuar, cessar ou tratar o sofrimento psíquico e emocional, promover a melhoria de habilidades psicossociais ou ampliar a compreensão de si e das relações”.

E aqui já mora o primeiro problema, porque essa definição é demasiadamente vaga.

Porque “relação terapêutica” não é definida. “Sessão” não é definida. “Sofrimento psíquico e emocional” não é definido. “Habilidades psicossociais” não são definidas. “Ampliar a compreensão de si e das relações” é uma expressão tão ampla que pode incluir psicoterapia, psicanálise, direção espiritual, aconselhamento pastoral, grupos de apoio, práticas integrativas, mentoria, educação emocional, orientação familiar, trabalho corporal, processos de autoconhecimento e até conversas estruturadas em contextos pedagógicos.

Dito de outro modo, se você conversa com seu pastor, padre, pai de santo, professor sobre qualquer assunto pessoa, isso pode ser entendido pelo judiciário como psicoterapia, e essas pessoas podem ser multadas de forma abusiva por isso.

Você, que é religioso, seja de qual religião for — católica, evangélica, umbandista, budista — quando conversa com o seu sacerdote, qual a finalidade? É marcar um churrasco ou “atenuar um sofrimento”?

Uma das coisas que um professor particular faz não é justamente “ampliar a compreensão de si e das relações”?

Quantas vezes você não se reuniu com seus amigos para uma conversa que “ampliou a compreensão de si”?

Percebe como o problema não é a intenção declarada, mas a extensão que isso pode tomar?

Além disso, quem está por trás desse PL é a ABPBE, que é declaradamente defensora da Psicologia Baseada em Evidência, que por si só já guarda vários problemas.

(Felipe Leite)

1. Com base na argumentação do autor, qual é a crítica central direcionada ao PL 2386/2023?

- a) O texto legal apresenta uma imprecisão técnica que permite a fiscalização estatal sobre esferas da vida privada e relações de cuidado não clínicas.
- b) A proposta legislativa é intrinsecamente desnecessária, pois o charlatanismo e a imperícia já são combatidos por códigos de ética profissionais existentes.
- c) O autor defende que a Psicologia Baseada em Evidências (PBE) deveria ser o único critério norteador do PL, o que não ocorre na redação atual.
- d) A principal falha é a exclusão de psiquiatras do rol de profissionais autorizados, concentrando o mercado de saúde mental exclusivamente nos psicólogos.
- e) O projeto falha ao tentar substituir o termo "psicoterapia" por "cuidados com a saúde mental", o que restringe excessivamente a atuação dos psicólogos.

2. No trecho 'A própria tramitação reconheceu que essa expressão poderia gerar insegurança jurídica...', a que se refere o termo em destaque?

- a) À definição de 'psicoterapia' contida no texto substitutivo.
- b) À designação das profissões de 'psicologia e psiquiatria' no corpo da lei.
- c) Ao termo 'sofrimento humano', utilizado para justificar a proteção de pessoas vulneráveis.
- d) À expressão 'cuidados com a saúde mental', presente no texto original do PL.
- e) Aos conceitos de 'charlatanismo' e 'imperícia' citados no terceiro parágrafo.

3. Assinale a alternativa que traduz corretamente o trecho abaixo mantendo o sentido original:

"O problema não está em discutir critérios para a boa prática da psicoterapêutica. Isso é necessário."

- a) Embora seja necessário discutir critérios, o problema encontra-se na própria existência da prática psicoterapêutica.
- b) Visto que é necessário, o problema consiste em não se discutir critérios para a boa prática da psicoterapêutica.
- c) O empecilho localiza-se na discussão de critérios, pois a boa prática psicoterapêutica é algo estritamente necessário.
- d) Ainda que se discutam critérios para a psicoterapia, tal debate mostra-se problemático e desnecessário no contexto atual.
- e) Debater parâmetros para o exercício ético da psicoterapia é fundamental, portanto, o entrave não reside nessa discussão.

4. Qual das seguintes situações é utilizada pelo autor para ilustrar a vagueza da definição de 'psicoterapia' no texto substitutivo?

- a) A cobrança abusiva de honorários por mentores e educadores emocionais não titulados.
- b) O exercício da psiquiatria por indivíduos sem formação médica superior.
- c) A aplicação de métodos científicos sem a devida comprovação por órgãos reguladores.
- d) A realização de diagnósticos clínicos por profissionais sem registro no Conselho de Psicologia.
- e) Uma conversa informal entre amigos que resulte em uma nova percepção sobre si mesmo.

5. O novo texto define psicoterapia como "a condução de uma relação terapêutica."

A expressão em destaque seria corretamente transposta para a voz passiva em:

- a) foi definido.
- b) é definido.
- c) tem definido
- d) é definida.
- e) será definida.

6. Assinale a única alternativa que esteja de acordo com as regras de concordância:
- a) A definição de psicoterapia e os critérios estabelecidos pelo texto merece análise cuidadosa.
 - b) Podem haver interpretações divergentes acerca do alcance da expressão "relação terapêutica".
 - c) A conversa entre amigos assim como os aconselhamentos religiosos podem configurar uma relação terapêutica segundo a interpretação mais ampla da norma.
 - d) Foi considerado excessivamente amplas as situações abrangidas pela redação original do projeto.
 - e) Seguem anexa ao relatório as justificativas apresentadas pelos especialistas durante a tramitação do projeto.
7. Assinale a única alternativa que esteja de acordo com as regras de pontuação:
- a) A definição de psicoterapia prevista no projeto de lei gerou intenso debate entre especialistas da área. Segundo os críticos da proposta, a redação adotada, pode permitir interpretações excessivamente amplas. Isso ocorreria porque determinados conceitos empregados no texto legal não apresentam delimitação suficientemente precisa.
 - b) Durante a tramitação legislativa alguns termos originalmente utilizados foram substituídos com o objetivo de reduzir a insegurança jurídica. A mudança buscou tornar mais claro o alcance das atividades efetivamente abrangidas pela norma. Ainda assim, persistem discussões sobre a adequação dos conceitos adotados.
 - c) O autor do texto reconhece a importância de estabelecer critérios para a boa prática da psicoterapia. Contudo, ele sustenta, que a regulamentação deve ser construída com rigor técnico e precisão terminológica. Do contrário, situações cotidianas poderiam ser confundidas com atividades profissionais especializadas.
 - d) Um dos argumentos apresentados consiste na possibilidade, de que relações interpessoais comuns sejam enquadradas de maneira inadequada pela legislação. Conversas informais, aconselhamentos e outras formas de apoio emocional poderiam ser interpretados de forma controversa. Esse cenário, segundo o autor, evidencia a necessidade de maior clareza normativa.
 - e) A busca pela proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade constitui um dos objetivos centrais do projeto. Entretanto, a elaboração de normas jurídicas exige equilíbrio entre proteção social e segurança jurídica. Por essa razão, a precisão dos conceitos utilizados desempenha papel fundamental na eficácia da futura regulamentação.
8. E aqui já mora o primeiro problema, porque essa definição é demasiadamente vaga.
- O conceito destacado somente não poderia ser substituído por
- a) na medida em que
 - b) visto que
 - c) de modo que
 - d) já que
 - e) porquanto

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

9. Em uma competição fictícia, cinco personagens — Aldo, Breno, Carla, Diana e Érico — terminam em posições distintas de 1º a 5º lugar. Com base nas pistas abaixo, determine a ordem de chegada:

- I. Breno foi o último colocado.
- II. Aldo terminou em 1º lugar.
- III. Diana terminou imediatamente após Érico.
- IV. Carla terminou em uma posição melhor que Diana.

Qual é a única ordem de chegada possível?

- a) Aldo, Carla, Diana, Érico, Breno
- b) Aldo, Érico, Diana, Carla, Breno
- c) Aldo, Carla, Érico, Diana, Breno
- d) Aldo, Diana, Érico, Carla, Breno
- e) Aldo, Érico, Carla, Diana, Breno

10. Um servidor público recebe salário de R\$ 4.800,00. Em determinado mês, teve um desconto de 12% para previdência e, sobre o valor restante, um imposto de 8%. Qual foi o valor líquido recebido?

- a) R\$ 3.916,16
- b) R\$ 4.032,00
- c) R\$ 4.108,80
- d) R\$ 3.886,08
- e) R\$ 3.993,60

11. Durante um programa de modernização administrativa, um órgão público passou a registrar a quantidade acumulada de relatórios analisados por uma equipe ao final de cada semana. Os registros das cinco primeiras semanas foram: 2, 6, 12, 20, 30.

Mantido o mesmo padrão de crescimento observado na tabela, qual será a quantidade acumulada de relatórios analisados ao final da sexta semana?

- a) 40

- b) 42
- c) 44
- d) 46
- e) 48

12. As notas de 7 candidatos em uma prova foram: 5, 7, 8, 6, 9, 7, 4.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a moda, a mediana e a média aritmética, respectivamente.

- a) 7 ; 7 ; 6,57
- b) 7 ; 6 ; 6,57
- c) 6 ; 7 ; 6,57
- d) 7 ; 7 ; 7,00
- e) 5 ; 7 ; 6,57

13. Uma equipe de 8 servidores realiza determinado serviço em 15 dias, mantendo ritmo constante. Após 6 dias de trabalho, 3 servidores foram afastados da atividade. Mantido o mesmo ritmo individual de produção, quantos dias serão necessários, ao todo, para concluir o serviço?

- a) 18 dias
- b) 20 dias
- c) 21 dias
- d) 22 dias
- e) 24 dias

14. O gráfico de setores abaixo representa a distribuição de processos por área em uma vara judicial fictícia:

| Área | Percentual/ Quantidade |
|-------------|------------------------|
| Família | 30% |
| Criminal | 125 processos |
| Cível | 20% |
| Trabalhista | 15% |
| Outras | 10% |

Quantos processos a mais a área de Família possui em relação à área Trabalhista?

- a) 50 processos
- b) 65 processos
- c) 70 processos
- d) 75 processos
- e) 80 processos

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

Géssica Ehle

15. De acordo com a Resolução CSJT nº 386, de 30 de agosto de 2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Capacitismo corresponde a metodologia de inclusão profissional baseada em suporte tecnológico ao trabalhador com deficiência.
- b) Barreiras atitudinais consistem exclusivamente em obstáculos físicos presentes em prédios públicos da Justiça do Trabalho.
- c) Linguagem simples corresponde à forma de comunicação objetiva, direta e compreensível a todas as pessoas.

d) Desenho universal pressupõe adaptações individualizadas e exclusivas para pessoas com deficiência.

e) Acessibilidade restringe-se ao acesso físico a edificações públicas e equipamentos urbanos.

16. Julgue as assertivas a seguir, relativas às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098/2000.

I. A pessoa com necessidades complexas de comunicação é aquela que possui dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por outros meios convencionais, podendo necessitar de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar sua interação social e acesso à informação.

II. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e atividades similares devem dispor de espaços reservados para pessoas usuárias de cadeira de rodas e lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, observadas as normas da ABNT. Além disso, centros comerciais e estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para atendimento da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

III. Os semáforos destinados a pedestres instalados em vias públicas deverão, obrigatoriamente, possuir mecanismo sonoro para orientação de pessoas com deficiência visual, independentemente do fluxo de veículos, da periculosidade da via ou da circulação do local.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

LEGISLAÇÃO*Emerson Bruno*

17. Assinale a alternativa INCORRETA acerca do regime disciplinar dos servidores públicos do Estado do Ceará.

- a) O ilícito administrativo é punível independentemente de acarretar resultado perturbador do serviço estadual.
- b) A responsabilidade civil do servidor pode decorrer de conduta funcional comissiva ou omissiva, dolosa ou culposa, que cause prejuízo ao patrimônio do Estado, de suas entidades ou de terceiros.
- c) A apuração da responsabilidade funcional será realizada por meio de sindicância ou de inquérito.
- d) A legítima defesa e o estado de necessidade excluem a responsabilidade administrativa do servidor, salvo quando houver excesso, imoderação ou desproporcionalidade, culposos ou dolosos.
- e) Em razão da independência das instâncias administrativa, civil e penal, a autoridade que determinar procedimento disciplinar não poderá adotar providências destinadas à apuração de eventual ilícito civil ou penal relacionado aos fatos investigados.

18. Assinale a alternativa INCORRETA acerca das sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Ceará.

- a) A repreensão será aplicada por escrito ao servidor que, sendo primário, cometer falta leve para a qual não haja previsão legal de sanção diversa.
- b) A suspensão será aplicada por prazo não superior a 120 dias, podendo ser convertida em multa correspondente a 30% do vencimento diário do servidor.
- c) A demissão poderá ser aplicada ao servidor que praticar crime contra a Administração Pública, abandono de cargo ou insubordinação grave em serviço.

d) Por conveniência do serviço, a suspensão poderá ser convertida em multa correspondente a 50% do vencimento por dia, permanecendo o servidor em exercício.

e) A suspensão será aplicada por ato escrito, por prazo não superior a 90 dias, nos casos de reincidência em falta leve e nos de ilícito grave, salvo previsão legal de outra sanção.

19. Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

- a) O Tribunal de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário estadual.
- b) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e da Fazenda Pública, integram o Poder Judiciário estadual.
- c) A Justiça de Paz integra a estrutura do Poder Judiciário estadual.
- d) Os Juízes de Direito e os Juízes de Direito Substitutos são considerados órgãos do Poder Judiciário estadual.
- e) Os órgãos do Poder Judiciário estadual são subordinados administrativamente ao Tribunal de Justiça em suas funções jurisdicionais, inexistindo independência funcional entre eles.

20. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará.

- a) A Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e orientação dos juízes de primeiro grau, dos juízes de paz, dos servidores e dos serviços notariais e de registro.
- b) Compete à Corregedoria-Geral da Justiça avaliar o desempenho dos desembargadores em estágio probatório para fins de vitaliciamento.
- c) Compete à Corregedoria-Geral da Justiça realizar correções e inspeções em comarcas, varas e serventias.
- d) O Corregedor-Geral da Justiça será auxiliado por juízes de primeiro grau, na proporção de um juiz para cada cem juízes efetivos em exercício no Estado.
- e) A Corregedoria-Geral da Justiça possui competência para responder consultas acerca do correto funcionamento do Poder Judiciário de primeiro grau e das serventias extrajudiciais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. De acordo com a Constituição, podem propor ação declaratória de constitucionalidade perante o STF, exceto:

- a) Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- b) Governador do Estado do Ceará
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Procurador-Geral da República
- e) Mesa do Congresso Nacional

22. A 3ª Turma do Tribunal de Justiça do Estado Beta, formada por 5 julgadores de um total de 45 desembargadores, decidiu afastar a incidência de um artigo de lei, por entendê-lo incompatível com a CF. Não declarou, contudo, expressamente a inconstitucionalidade. Nessa situação, à luz da CF e da jurisprudência, a decisão:

- a) viola a cláusula de reserva de plenário
- b) respeita a cláusula de reserva de plenário
- c) é válida, desde que proferida pelo voto de 3 dos 5 membros
- d) é válida, desde que proferida pelo voto unânime dos 5 membros
- e) é inválida, pois o Brasil não admite o controle difuso de constitucionalidade

23. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, bem como à Ordem Social, julgue os itens:

- I - Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações.
- II - Em relação à licença adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.
- III - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Estão corretos:

- a) apenas I
- b) I e II
- c) I e III
- d) todos
- e) II e III

24. Hermenegildo, cidadão brasileiro residente em Caucaia-CE, deseja ajuizar ação para anular ato praticado pelo Prefeito daquele Município, e que causou lesão ao meio ambiente ecológico municipal. À luz do ordenamento jurídico brasileiro, Hermenegildo deve ajuizar:

- a) reclamação constitucional
- b) ação civil pública
- c) ação popular
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- e) *habeas data*

25. Compete aos Estados-membros legislar sobre:

- a) diretrizes e bases da educação nacional
- b) direito processual
- c) águas e energia
- d) bingos e loterias
- e) normas específicas de previdência social

26. Cabe aos tribunais de Justiça, conforme a Constituição Federal, exceto:

- a) processar e julgar os prefeitos, nos casos de crime comum
- b) processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da constituição estadual
- c) funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais
- d) propor a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias
- e) julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da constituição estadual

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. No que se refere aos princípios constitucionais expressos previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, assinale a opção **correta**.

- a) O princípio da legalidade, no âmbito da Administração Pública, autoriza o administrador a praticar qualquer ato que não seja expressamente vedado por lei, aplicando-se a mesma lógica da autonomia da vontade que rege a atuação dos particulares.
- b) O princípio da impessoalidade impõe tratamento isonômico aos administrados, veda favoritismos e perseguições e proíbe a utilização da publicidade institucional para promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) O princípio da moralidade administrativa confunde-se integralmente com a moral comum da sociedade, de modo que qualquer comportamento socialmente reprovável caracteriza, automaticamente, violação à moralidade administrativa.
- d) O princípio da publicidade estabelece que todos os atos administrativos devem ser divulgados irrestritamente, não admitindo qualquer hipótese de sigilo ou restrição de acesso à informação.
- e) O princípio da eficiência autoriza o administrador a afastar exigências legais ou formais quando entender que determinada providência produzirá resultado mais vantajoso ao interesse público

28. O Governador de determinado Estado editou decreto regulamentando lei estadual que disciplinava a organização de determinado serviço público. No referido decreto, além de estabelecer procedimentos operacionais para execução da lei, incluiu obrigação adicional aos administrados, não prevista no texto legal, sob o fundamento de que a medida seria necessária para garantir maior eficiência e qualidade na prestação do serviço.

À luz do poder regulamentar, assinale a opção **correta**.

- a) O decreto é inválido na parte em que criou obrigação não prevista na lei, uma vez que o poder regulamentar destina-se à fiel execução do texto legal, não podendo inovar na ordem jurídica nem criar direitos ou deveres primários.
- b) O Governador agiu dentro dos limites do poder regulamentar, pois este permite a complementação da lei e a criação de obrigações acessórias necessárias à plena efetividade do serviço público, ainda que não estejam expressamente previstas no texto legal.
- c) O poder regulamentar autoriza a edição de normas com força equivalente à lei, sempre que se tratar de matéria administrativa interna, dispensando autorização legislativa prévia.
- d) A validade do decreto depende exclusivamente da inexistência de manifestação contrária do Poder Legislativo, sendo irrelevante o conteúdo inovador da norma regulamentar.
- e) O poder regulamentar confunde-se com a delegação legislativa, pois ambos permitem ao Chefe do Executivo disciplinar matéria que, em regra, seria objeto de lei formal

29. Em determinado Estado da Federação, ocorreram as seguintes situações:

- I. O Diretor-Geral de um Departamento Estadual, autoridade unipessoal, após regular tramitação de processo administrativo, concedeu licença funcional a servidor, sem necessidade de

aprovação, homologação ou manifestação posterior de qualquer outro órgão.

- II. Dois Secretários de Estado, titulares de pastas distintas, editaram conjuntamente uma Portaria Conjunta para regulamentar procedimento que envolve competências de ambas as Secretarias, sendo indispensável a concordância de ambos para a edição do ato.

- III. O Governador do Estado nomeou determinado agente para cargo cuja investidura depende, por exigência constitucional, de aprovação prévia da Assembleia Legislativa, sendo a nomeação formalizada apenas após a manifestação favorável do Poder Legislativo.

No que se refere à formação da vontade no âmbito dos atos administrativos — especialmente quanto à distinção entre atos simples, complexos e compostos — assinale a opção **correta**.

- a) A situação I configura ato complexo, pois houve procedimento administrativo prévio e formalização por autoridade investida de competência legal, sendo irrelevante a quantidade de órgãos envolvidos na decisão final.
- b) A situação II caracteriza ato composto, pois envolve manifestação de dois órgãos administrativos distintos, ainda que simultânea, para formação de um único ato formal.
- c) A situação III caracteriza ato composto, pois a formação da vontade administrativa exige a manifestação sucessiva e complementar de órgãos distintos, sendo indispensável a conjugação dessas manifestações para o aperfeiçoamento do ato.
- d) A situação I configura ato simples; a situação II, ato composto; e a situação III, ato complexo, pois nesta última há ato principal e ato acessório que condiciona sua eficácia jurídica.
- e) Todas as situações descritas configuram atos simples, uma vez que o ato final formalizado é único e possui unidade estrutural e conteúdo definido

30. Carlos, diretor de uma autarquia federal, editou ato administrativo concedendo determinado benefício funcional a um grupo restrito de servidores, sem observar os requisitos legais previstos na norma de regência. Em razão disso, João, servidor que se sentiu prejudicado, ingressou com ação judicial para questionar a legalidade do ato.

Paralelamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada para investigar irregularidades na autarquia, e a própria Administração iniciou procedimento interno para revisar o ato praticado, com base no poder de autotutela.

Considerando a situação hipotética apresentada e os mecanismos de controle da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) O Poder Judiciário, ao apreciar a ação proposta por João, poderá revogar o ato administrativo caso entenda que ele se tornou inconveniente para a Administração, substituindo a decisão administrativa por outra que considere mais adequada.
- b) A Comissão Parlamentar de Inquérito, ao concluir a investigação, poderá aplicar diretamente sanções penais e administrativas aos responsáveis pelas irregularidades apuradas.
- c) O controle judicial somente poderá ser exercido após o término da investigação parlamentar, em respeito ao princípio da separação de poderes.
- d) O controle legislativo exercido pela Comissão Parlamentar de Inquérito possui natureza interna, pois é realizado por órgão integrante da estrutura estatal.
- e) O procedimento interno instaurado pela própria Administração configura controle administrativo, podendo resultar na anulação do ato ilegal ou na sua revogação

31. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) O processo de licitação observa, em sequência, as fases preparatória, de divulgação do edital, de apresentação de propostas e lances, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação, admitindo-se que a habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e julgamento mediante ato motivado, com previsão expressa no edital.
- b) A fase preparatória do processo licitatório limita-se à elaboração do edital e à definição do objeto, sendo dispensável a compatibilização com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias.
- c) O leilão exige registro cadastral prévio e fase de habilitação, devendo ser homologado antes da fase recursal e independentemente do pagamento pelo licitante vencedor.
- d) No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, é vedada a atribuição de notas a quesitos qualitativos por banca designada, pois a avaliação deve restringir-se a critérios exclusivamente objetivos e numéricos.
- e) A contratação direta indevida, ainda que praticada com dolo, fraude ou erro grosseiro, gera responsabilidade exclusiva do agente público responsável, sem solidariedade do contratado pelo dano causado ao erário

32. Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem automaticamente pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, ainda que não tenham participado diretamente da conduta.
- b) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- c) A comissão processante somente comunicará o Ministério Público e o Tribunal ou Conselho de Contas após a conclusão definitiva do procedimento administrativo instaurado para apurar ato de improbidade.
- d) Na ação de improbidade administrativa, o pedido de indisponibilidade de bens somente poderá ser formulado em caráter incidente, sendo vedada sua formulação antecedente.
- e) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem oitiva prévia do réu sempre que houver simples alegação de urgência, pois a urgência é presumida nas ações de improbidade administrativa

33. No âmbito da Administração Pública federal, três setores de uma autarquia federal participam da análise de um processo administrativo relacionado à implantação de uma política institucional relevante.

Durante a instrução, o setor técnico, a assessoria jurídica e a área de planejamento divergem sobre pontos essenciais, o que passa a comprometer a celeridade da decisão. O processo não envolve licitação, poder sancionador nem autoridades de Poderes distintos.

Com base na disciplina da decisão coordenada no processo administrativo federal, assinale a alternativa **correta**.

- a) A decisão coordenada poderá ser adotada, pois há participação de três setores, relevância da matéria

e discordância que prejudica a celeridade do processo administrativo decisório.

- b) A decisão coordenada não poderá ser adotada, pois sua utilização exige necessariamente a participação de autoridades pertencentes a Poderes distintos.
- c) A adoção da decisão coordenada afasta a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida, concentrando a responsabilidade apenas na autoridade que formalizar a decisão final.
- d) A decisão coordenada dispensa a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência, pois sua finalidade principal é acelerar o processo decisório.
- e) A decisão coordenada aplica-se obrigatoriamente aos processos administrativos de licitação e aos processos relacionados ao poder sancionador, desde que haja divergência entre os setores envolvidos

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

34. Marcos faleceu sem deixar testamento nem descendentes. Era casado com Laura, de quem não estava separado judicialmente nem separado de fato. Sobreviveram-lhe sua mãe e seu avô paterno. De acordo com o Código Civil, a herança de Marcos será deferida

- a) metade a Laura e metade à mãe de Marcos.
- b) um terço a Laura e dois terços à mãe de Marcos.
- c) integralmente à mãe de Marcos, pois os ascendentes excluem o cônjuge.
- d) metade a Laura, um quarto à mãe de Marcos e um quarto ao avô paterno.
- e) integralmente a Laura, pois o cônjuge sobrevivente exclui os ascendentes.

35. Mateus, com 17 anos, é filho de Renato e Paula. Seus pais se divorciaram quando ele tinha 12 anos. Após o divórcio, Paula contraiu novo casamento. Posteriormente, Renato e Paula concederam a Mateus emancipação voluntária por instrumento público. De acordo com o Código Civil, o poder familiar sobre Mateus

- a) permanecerá até Mateus completar 21 anos.
- b) extinguiu-se em relação a Paula desde o seu novo casamento.
- c) extinguiu-se desde o divórcio de Renato e Paula.
- d) passou a ser exercido também pelo novo cônjuge de Paula.
- e) extinguiu-se em razão da emancipação.

36. Felipe exerce a posse de um galpão onde guarda mercadorias. Certo dia, seu vizinho Roberto troca o cadeado do portão e impede Felipe de ingressar no imóvel. No mesmo dia, Felipe rompe apenas o cadeado colocado por Roberto e retoma o acesso ao galpão, sem violência contra pessoas e sem praticar atos além do necessário. De acordo com o Código Civil, Felipe

- a) poderia restituir-se por sua própria força, desde que o fizesse logo e sem exceder o indispensável à restituição da posse.
- b) não poderia agir por força própria, pois o possuidor esbulhado deve sempre aguardar decisão judicial.
- c) somente poderia retomar o galpão por força própria se comprovasse ser proprietário do imóvel.
- d) não teria proteção possessória se Roberto alegasse ser proprietário do galpão.
- e) deveria propor ação reivindicatória, pois a troca do cadeado caracteriza discussão exclusivamente dominial.

37. As De acordo com o Código Civil, são direitos reais:

- a) a herança, a superfície e o comodato.
- b) a posse, a fiança e o penhor.
- c) a propriedade, o usufruto e a hipoteca.
- d) o contrato de locação, a anticrese e o direito à honra.
- e) o aval, o uso e a hipoteca.

38. Caio, proprietário de um terreno, construiu de boa-fé um pequeno galpão em seu imóvel. Após a conclusão da obra, verificou-se que parte da construção invadiu o terreno vizinho pertencente a Helena. A invasão excedeu a vigésima parte do solo alheio. Nessa situação, de acordo com o Código Civil, Caio

- a) deverá demolir necessariamente toda a parte construída no terreno de Helena, ainda que tenha agido de boa-fé.
- b) adquirirá a propriedade da parte do solo invadido, sem dever qualquer indenização, pois agiu de boa-fé.
- c) adquirirá a propriedade da parte do solo invadido e responderá por perdas e danos que abranjam o valor que a invasão acrescer à construção, além do valor da área perdida e da desvalorização da área remanescente.
- d) somente adquirirá a propriedade da parte invadida se pagar em décuplo as perdas e danos, regra aplicável ao construtor de boa-fé.
- e) não poderá adquirir a propriedade da parte invadida, pois a aquisição somente é admitida quando a invasão não exceder a vigésima parte do solo alheio.

39. Rafael, empregado de uma empresa de instalação de aparelhos de ar-condicionado, foi enviado à residência de Paula para realizar a manutenção de um equipamento. Durante o serviço, por imprudência, apoiou uma escada de modo inadequado, fazendo com que ela caísse sobre o veículo de Paula, causando danos materiais. Paula ajuizou ação de indenização contra a empresa empregadora de Rafael. De acordo com o Código Civil, a empresa

- a) não responde pelos danos causados por Rafael, pois a responsabilidade civil é sempre pessoal.
- b) responde apenas se Paula comprovar culpa da empresa na escolha ou fiscalização de Rafael.
- c) responde subsidiariamente por Rafael, desde que ele não possua patrimônio suficiente para reparar o dano.
- d) responde objetivamente pelos danos causados por Rafael, pois o ato foi praticado no exercício do trabalho que lhe competia ou em razão dele.
- e) responde apenas se Rafael tiver agido com dolo, não bastando a imprudência para gerar dever de indenizar.

40. De acordo com o Código Civil, nas relações contratuais privadas,

- a) a liberdade contratual é absoluta, não se sujeitando à função social do contrato.
- b) é vedada a celebração de contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas em lei.
- c) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que haja concordância de todos os interessados.
- d) prevalecem o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- e) os contratantes devem observar a boa-fé apenas na conclusão do contrato, e não em sua execução.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. Na produção da prova pericial,

- a) O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, assinando termo de compromisso.
- b) Independentemente da complexidade da prova e as áreas de conhecimento, não se admite a nomeação de mais de um perito para a sua realização.
- c) Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por até duas vezes, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.
- d) O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- e) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz deverá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.

42. Caio e Maria foram casados por 10 anos e tiveram uma filha, Maia, de apenas 5 anos. Recentemente, eles se separaram e Caio foi morar em uma cidade, enquanto Maria foi morar em outra, ficando com a guarda de Maia. Considerando que Maria pretenda ajuizar ação de divórcio em face de Caio, o foro competente será

- a) o domicílio do réu.
- b) o domicílio do local do casamento.
- c) o domicílio da guardiã da filha incapaz.
- d) o último domicílio do casal.
- e) o primeiro domicílio do casal

43. Em conformidade com o Código de Processo Civil, a incompetência

- a) absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) absoluta ou relativa, deverá ser alegada como exceção apartada.
- c) absoluta, apenas, deverá ser alegada como preliminar de contestação.
- d) relativa, apenas, deverá ser alegada como preliminar de contestação.
- e) absoluta, apenas, deverá ser alegada como exceção apartada.

44. No que concerne aos recursos, em conformidade com o Código de Processo Civil,

- a) o recurso pode ser interposto pelo Ministério Público somente quando atuar como fiscal parte no processo.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- d) É devido o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- e) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.

45. A execução fundada em título extrajudicial contra a fazenda pública,

- a) não é admitida no ordenamento jurídico, exigindo-se título judicial.
- b) é admitida no ordenamento jurídico apenas após prévia liquidação.
- c) é admitida no ordenamento jurídico, e a fazenda pública será citada para pagamento no prazo de 3 dias.

d) é admitida no ordenamento jurídico, e a fazenda pública será citada para pagamento no prazo de 30 dias.

e) é admitida no ordenamento jurídico, e a fazenda pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.

46. Em procedimento de tutela antecipada requerida em caráter antecedente, caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional

- a) Extinguirá o processo sem resolução do mérito.
- b) Determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- c) Determinará o cancelamento da distribuição.
- d) Determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- e) Extinguirá o processo com resolução do mérito.

47. Em conformidade com o Código de Processo Civil, o agravo de instrumento

- a) será julgado após a apelação interposta no mesmo processo.
- b) é cabível em face da decisão que julga de forma antecipada e parcialmente o mérito do processo.
- c) será dirigido ao juiz que prolatar a decisão, sendo posteriormente enviado ao tribunal.
- d) é cabível contra a decisão que indefira a gratuidade de justiça quando a questão for resolvida na sentença.
- e) não é cabível contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

48. Determinado Estado da Federação, diante do aumento alarmante de crimes patrimoniais cometidos com violência, edita uma lei estadual prevendo uma causa de aumento de pena específica para o crime de roubo quando cometido no âmbito de seu território. À luz dos Princípios aplicáveis ao Direito Penal previstos na Constituição Federal e no Código Penal, a referida legislação é:

- a) constitucional, em razão do princípio da descentralização político-administrativa, que confere autonomia legislativa residual aos Estados em matéria penal.
- b) inválida, por violação ao princípio da reserva legal, uma vez que a competência para legislar sobre matéria penal é privativa da União, ressalvada a possibilidade de lei complementar autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.
- c) válida, desde que a pena cominada observe o princípio da Proporcionalidade e não ultrapasse os limites máximos previstos no Código Penal.
- d) inválida, unicamente por ofensa ao princípio da anterioridade da lei penal, visto que leis estaduais só podem retroagir para beneficiar o réu.
- e) constitucional, desde que demonstrado o interesse local e a necessidade premente de intervenção penal para a garantia da ordem pública.

49. Mário praticou uma conduta tipificada como crime cuja pena prevista era de reclusão, de 1 a 4 anos. Durante o trâmite processual, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, entrou em vigor uma nova lei que alterou a sanção do referido delito para detenção, de 2 a 3 anos. Diante da sucessão de leis penais no tempo, o magistrado deverá aplicar:

- a) a lei antiga integralmente, pois o crime foi praticado sob a sua vigência, aplicando-se o princípio do tempus regit actum de forma absoluta.

- b) a nova lei integralmente, por ser integralmente mais favorável, já que a pena de detenção é abstratamente menos severa que a de reclusão.

- c) a pena mínima da lei antiga (1 ano) combinada com a pena máxima da lei nova (3 anos), extraíndo de cada texto legal o patamar mais benéfico ao réu.

- d) a lei nova, se no caso concreto o juiz entender que o limite máximo menor (3 anos) ou o regime de cumprimento da detenção são mais vantajosos, vedada a combinação de dispositivos.

- e) a lei antiga na dosimetria da pena e a lei nova no tocante ao regime de cumprimento, por se tratar de normas de natureza puramente processual.

50. Considerando as disposições do Código Penal brasileiro acerca das causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

- b) O estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito são excludentes de ilicitude expressamente previstas na Parte Geral do Código Penal, cujo excesso doloso ou culposo é punível.

- c) A legítima defesa exige que o perigo não tenha sido provocado por vontade do agente, não se admitindo a alegação por quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

- d) Havendo excesso culposo na legítima defesa, o agente será isento de pena, respondendo apenas civilmente pelos danos causados.

- e) O consentimento do ofendido, em se tratando de bens jurídicos indisponíveis, funciona como causa supralegal de exclusão da ilicitude.

- 51.** No que concerne ao instituto da culpabilidade no Direito Penal brasileiro, assinale a opção que apresenta corretamente uma causa de exclusão da culpabilidade (dirimente).
- a) A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
 - b) O erro sobre a ilicitude do fato, quando invencível (inescusável), que determina a redução da pena de um sexto a um terço.
 - c) A menoridade penal, que configura critério biopsicológico de exclusão da conduta.
 - d) A coação moral irresistível e a estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.
 - e) A emoção e a paixão, quando intensas o suficiente para turvar a consciência do autor no momento do crime.
- 52.** Aécio e Bernardo resolvem subtrair os bens de uma residência. Aécio atua como 'olheiro' na calçada, vigiando a aproximação da polícia, enquanto Bernardo arromba a porta e recolhe as joias da família. Descobertos, são denunciados por furto qualificado pelo concurso de pessoas. Com base nas regras do concurso de pessoas previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- a) Aécio responderá como partícipe por cumplicidade, devendo sua pena ser obrigatoriamente reduzida de um sexto a um terço.
 - b) O Código Penal adotou, como regra no tocante à natureza jurídica do concurso de pessoas, a teoria pluralista, segundo a cada participante responde por um crime autônomo.
 - c) Quem de qualquer modo concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, sendo que as circunstâncias de caráter pessoal não se comunicam, salvo quando elementares do crime.
 - d) Se Bernardo, de forma imprevisível, decidir matar o vigia da rua durante a fuga, Aécio responderá pelo crime de latrocínio em coautoria integral, em razão da teoria da equivalência dos antecedentes.
 - e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio mútuo são sempre puníveis, mesmo que o crime planejado não chegue a ser tentado.
- 53.** Determinado indivíduo comete o crime de esbulho possessório (art. 161, § 1º, II, do CP) contra propriedade privada, sem o emprego de violência. O Código Penal prevê expressamente, no § 3º do referido artigo, que, em não havendo violência, o crime somente se processa mediante queixa. Sobre a ação penal cabível e suas características, assinale a alternativa correta.
- a) Trata-se de ação penal pública condicionada à representação, cabendo ao Ministério Público a iniciativa da ação após a manifestação do ofendido.
 - b) O direito de queixa poderá ser exercido pelo ofendido no prazo decadencial de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem foi o autor do crime.
 - c) Caso o ofendido faleça antes de iniciar a ação, o direito de queixa extinguir-se-á imediatamente, vedada a sucessão processual por se tratar de direito personalíssimo.
 - d) A propositura da ação penal privada pelo ofendido impede a conclusão do perdão do transgressor, instituto exclusivo da ação penal pública condicional.
 - e) A queixa-crime oferecida contra um dos coautores do delito não prejudica os demais, podendo o querelante escolher discricionariamente quem deseja processar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

54. Beatriz foi vítima de um crime de ação penal exclusivamente privada, supostamente cometido por Gustavo. Antes de ajuizar a queixa-crime contra o infrator, Beatriz declarou formalmente que não pretendia processá-lo criminalmente. Já Helena, vítima de injúria praticada por Ricardo, tomou conhecimento de que ele era o autor do delito há oito meses, mas, por inércia, não ajuizou a respectiva queixa-crime até o presente momento.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que ocorreu, nos casos de Beatriz e Helena, respectivamente:

- a) renúncia ao direito de queixa e decadência.
- b) renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido.
- c) perdão do ofendido e decadência.
- d) decadência e renúncia ao direito de queixa.
- e) perempção e decadência.

55. Gabriel é investigado pela prática do crime de receptação qualificada, infração penal punida com pena de reclusão de 03 a 08 anos e multa. Durante o seu interrogatório perante a autoridade policial, o investigado optou por exercer seu direito constitucional ao silêncio. Verificou-se, ainda, na folha de antecedentes, que Gabriel é primário, mas foi beneficiado com uma suspensão condicional do processo em outro feito há 07 anos.

Diante da situação hipotética e das normas que regem o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), assinale a alternativa correta:

- a) A celebração do acordo de não persecução penal é inviável no caso concreto, uma vez que a pena máxima do delito ultrapassa o patamar de 04 anos.
- b) O benefício não poderá ser ofertado a Gabriel, tendo em vista que ele já foi agraciado anteriormente com o instituto despenalizador da suspensão condicional do processo.

c) O fato de o investigado ter permanecido em silêncio na fase inquisitorial impede o oferecimento do ANPP, ante a ausência de confissão formal e circunstanciada.

d) Caso as partes cheguem a um consenso, caberá ao próprio membro do Ministério Público proceder à homologação do acordo.

e) Ocorrendo a homologação do ANPP, a vítima deverá ser intimada tanto deste ato quanto de eventual descumprimento das condições por parte de Gabriel.

56. Eduardo foi denunciado pela suposta prática do crime de peculato-apropriação (art. 312 do CP). Após diversas tentativas frustradas de localização pessoal, o Oficial de Justiça certificou que o réu se encontrava em local incerto e não sabido. O magistrado determinou, então, a citação por edital. Transcorrido o prazo do edital, Eduardo não compareceu em juízo para o interrogatório, todavia, apresentou procuração constituindo advogado particular para realizar sua defesa técnica.

Diante desse cenário e conforme as disposições do Código de Processo Penal, o juiz deverá:

- a) determinar o regular prosseguimento do processo.
- b) nomear um defensor dativo e suspender o curso do prazo prescricional.
- c) suspender o processo e o curso do prazo prescricional, conforme o art. 366 do CPP.
- d) decretar a revelia e suspender apenas o curso do prazo prescricional.
- e) suspender o processo, mas facultar ao advogado a produção antecipada de provas.

57. Fernando foi preso em flagrante por Policiais Civis após subtrair, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma branca, a mochila e os pertences de um estudante em via pública. O auto de prisão em flagrante foi regularmente lavrado e encaminhado ao juízo no prazo legal. Durante a audiência de custódia, o magistrado, embora o Ministério Público tenha opinado pela concessão de liberdade provisória e a autoridade policial não tenha feito representação pela custódia cautelar, decidiu converter a prisão em flagrante em preventiva para a garantia da instrução criminal.

Considerando a situação narrada e o atual regime das prisões cautelares, é correto afirmar que:

- a) O magistrado agiu corretamente, pois a gravidade do crime de roubo autoriza a decretação da prisão preventiva de ofício.
- b) A decisão é válida, pois o juiz pode suprir a omissão do Ministério Público em casos de crimes cometidos com violência.
- c) Agiu incorretamente o magistrado, uma vez que é vedada a decretação de prisão preventiva de ofício.
- d) Agiu corretamente o Juiz, pois a conversão da prisão em flagrante em preventiva, diferentemente da decretação autônoma da custódia cautelar, pode ser feita de ofício.
- e) O magistrado agiu corretamente, mas a necessidade de manutenção da prisão deve ser reavaliada no prazo máximo de 60 dias.

58. Maurício foi denunciado pela suposta prática do crime de coação no curso do processo (art. 344 do CP, com pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa). Diante da capitulação jurídica e da sanção máxima cominada à infração, é correto afirmar que:

- a) deverá ser adotado o rito sumário, devendo a audiência de instrução e julgamento ser realizada no prazo máximo de 30 dias.
- b) deverá ser observado o procedimento comum ordinário, sendo facultado às partes arrolar até 8 testemunhas, sem computar nesse limite as referidas e as que não prestam compromisso.
- c) o feito seguirá o rito sumário, sendo a regra o oferecimento de alegações finais por meio de memoriais escritos no prazo de 05 dias.
- d) deverá ser adotado o rito sumário, no qual cada parte poderá indicar o número máximo de 08 testemunhas para serem inquiridas.
- e) o processo seguirá pelo rito ordinário, dispondo o réu do prazo de 15 dias, contados da citação, para o oferecimento de sua resposta à acusação.

59. Rodrigo foi denunciado perante o Juizado Especial Criminal pela suposta prática do crime de ameaça (art. 147 do CP, que possui pena de detenção, de um a seis meses, ou multa). Após a análise da peça acusatória, o magistrado, de forma fundamentada, rejeitou a denúncia por entender que faltava justa causa para o exercício da ação penal.

Nessa situação, o Ministério Público poderá impugnar a decisão por meio de:

- a) recurso de apelação, a ser interposto no prazo de 05 dias.
- b) recurso de apelação, a ser interposto no prazo de 20 dias.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- e) recurso de apelação, a ser interposto no prazo de 10 dias.

60. No que tange ao procedimento sumaríssimo e aos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/1995, analise as seguintes assertivas:

- I. Ao autor de infração de menor potencial ofensivo que, após a lavratura do termo circunstanciado, assumir o compromisso de comparecer ao juizado, não se imporá prisão em flagrante, mas poderá ser exigido o pagamento de fiança.
- II. Na hipótese de o acusado não ser encontrado para a realização da citação pessoal, o Juiz do Juizado Especial Criminal deverá encaminhar as peças existentes ao Juízo comum para a adoção do procedimento previsto em lei.
- III. A suspensão condicional do processo poderá ser revogada caso o beneficiário venha a ser processado, no curso do período de prova, por contravenção penal.
- IV. A aceitação da transação penal e a consequente imposição de pena restritiva de direitos ou multa não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas
- b) II e III, apenas
- c) I e IV, apenas
- d) II, III e IV, apenas
- e) II e IV, apenas

Discursiva

Texto Motivador

O Poder Judiciário brasileiro passa por uma profunda transformação com a implementação do "Juízo 100% Digital", do processo eletrônico e das audiências virtuais. Tais medidas visam conferir maior celeridade e eficiência à prestação jurisdicional. Todavia, em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, uma parcela significativa da população ainda carece de infraestrutura básica de conectividade e de letramento digital. Diante desse cenário, surge o desafio de equilibrar a modernização do aparato estatal com a garantia do direito fundamental de acesso à justiça para todos os cidadãos.

Comando da Questão

A partir da leitura do texto motivador e com base em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema:

Acesso à justiça na era digital: inovação tecnológica vs. exclusão social

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
